

25 NOV 1988

Jogo arriscado

CORREIO BRAZILIENS

O Governo não se acha numa situação política muito cômoda para correr o risco de uma derrota no Congresso no caso da dívida dos Estados. Como a fórmula sugerida pelo Palácio do Planalto não agradou principalmente aos estados mais ricos — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro —, articula-se a aprovação de uma fórmula na Comissão de Orçamento, à revelia do Governo.

Em termos formais, a Comissão de Orçamento deverá aprovar emenda do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que autoriza o refinanciamento das dívidas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 1988, atribuindo ao Senado a responsabilidade de detalhar a forma de pagamento de parte do endividamento e a consequente rolagem.

A fórmula é bem mais generosa do que a que foi oferecida pelo Governo — os que devem mais de 300 milhões de dólares, pagam 10 por cento e rolam 90 por cento; os que devem acima de 500 milhões de dólares, pagam 20 por cento e rolam 80 por cento; aqueles que têm dívida acima de um bilhão de dólares, como é o caso de São Paulo, pagam 25 por cento e rolam 75 por cento restantes.

É claro que o Presidente da República usará o seu poder de veto sobre uma emenda aprovada à sua revelia. Pela Constituição, são necessários três quintos de votos dos membros das duas Casas para derrubar um veto presidencial. Mas, o que dizem os dirigentes da Comissão de Orçamento e

alguns dos líderes mais importantes do PMDB é que o Governo Sarney não se acha numa situação muito boa para correr riscos numa votação dessa importância, quando se sabe que os governadores usarão todo o seu poder.

Nos últimos dias, decisões do Governo na área do Orçamento do próximo ano andaram provocando sérias reações na área militar. O Presidente da República enviou ao Congresso mensagem, que foi aceita na Comissão de Orçamento como emenda, cortando recursos orçamentários deferidos aos Ministérios da Aeronáutica, da Marinha e do Exército. Os cortes atingiam cerca de vinte por cento do total dos recursos destinados àqueles três ministérios militares.

Surpreendidos com a redução (de 16 bilhões na Marinha, de 21 bilhões no Exército e de 26 bilhões na Aeronáutica), os ministros militares ficaram irritados, sobretudo porque não receberam qualquer comunicação prévia. Entendimentos conduzidos na Comissão de Orçamento e no Governo reconstituíram os recursos cortados para evitar que ficasse um mal-estar que poderia deixar sequelas para o Planalto.

Fatos como esses mostram que o Governo não possui uma liderança parlamentar articulada, que detecte os problemas antes que eles surjam. A hipótese do confronto, no caso da dívida dos estados, não é um bom sinal dentro de um quadro tão instável como o que vivemos hoje no Brasil.